

Hugo Gonçalves, *Filho do Pai*. Companhia das Letras, 2025, 235 pp.

José Vieira

CLEPUL

Universidade de Lisboa

jose-cvieira@outlook.pt

orcid.org/0000-0003-2117-9575

Não podemos escapar à memória que temos nem à memória que somos. É ela quem nos define e quem permite, malgrado os amargos de boca, compreender quem fomos, quem somos e quem queremos ou poderemos ser. A memória é um líquido amniótico poderoso. Marcantes e decisivas, as memórias estão intimamente ligadas à nossa identidade e nem a neurociência consegue explicar cabalmente por que razão recordamos umas em detrimento de outras, à exceção da sua carga emocional, como bem expõe Ivan Izquierdo (2010: 36). O mesmo seria corroborado por António Damásio em *O Sentimento de Si. Corpo, Emoção e Consciência*: “As memórias que constituem os nossos arquivos autobiográficos, (...) talvez sejam ainda mais obscuras que quaisquer outras devido à sua carga altamente emocional.” (2013: 273)

Em *Filho do Pai*, romance autoficcional de Hugo Gonçalves, o autor regressa a este género ou subgénero literário, encerrando assim o díptico começado com *Filho da Mãe* (2019). O livro encontra-se dividido em três secções que correspondem, *grosso modo*, a três momentos complementares: o primeiro, “Certidão de Nascimento”; o segundo, “A vida e a morte do corpo de um homem”; o terceiro, “A Terra gira sempre”.

Enquadrando-se no campo das narrativas da escrita do eu e, desta feita, no domínio da autoficção, o romance de Hugo Gonçalves não cai em sentimentalismos ou lirismos exacerbados, rejeitando, assim, o pendor *voyeurista* e quase condescendente da sociedade digital que tudo observa. *Filho do Pai* – assim como *Filho da Mãe* – é uma autoficção biográfica, na medida em que o autor é o protagonista da narrativa e é sobre ele que se desenrola a história, recorrendo a factos reais, a datas, lugares e nomes de pessoas, podendo até verificar a sua verosimilhança. Contudo, a história é contada de uma forma romanesca, de modo a tornar a leitura mais interessante. O livro de Gonçalves é também um objeto híbrido, tendo em consideração que conjuga a escrita autoficcional e romanesca com entradas de um diário em que regista apontamentos do seu quotidiano. É curioso notar, no entanto, que após o nascimento do filho, a 28 de junho de 2021, as entradas diarísticas deixam de surgir datadas, o que leva a duas reflexões possíveis: 1)

registar as datas axiais como forma de lhes atribuir um maior peso simbólico e existencial, do texto para a vida e da vida para o texto; 2) dizer ao leitor que a partir daquele momento, as datas não serão tão importantes para a organização mental do livro, o que faz sentido, uma vez que as narrativas autoficcionais – em particular as biográficas – não têm como propósito criar um arco narrativo cronologicamente ordenado e harmonioso, permitindo, assim, intromissões do tempo presente e memórias intermitentes e ainda suposições acerca do futuro. Isso acontece assiduamente nesta obra de Hugo Gonçalves, quais apartes ou reflexões metaliterárias que suspendem o ritmo da escrita e tentam equilibrar o balanço e o fôlego de quem se aventura a querer saber mais sobre o passado do pai e do avô – lembremos que, para além de jornalista de profissão e homem viajado pelas sete partidas do mundo, o protagonista irá utilizar os textos memorialísticos de seu pai, José Capote Gonçalves, para robustecer a sua narrativa. Os excertos citados surgem na obra *Os Malandros do Cruzeiro*, publicada pela Textiverso, em 2013.

Além da morte do pai e do processo do luto que, a acreditar no autor, “estava a ser feito havia anos, com ele ainda vivo” (19), o livro aborda temas como a paternidade, a relação com o corpo, a sexualidade, a relação com as mulheres e o que é a masculinidade. Hugo Gonçalves irá ainda evocar uma série de coincidências, qual teoria da sincronicidade de Jung, para tentar criar um sentido para tudo o que acontece consigo, para além de questionar datas, momentos e idades, fazendo ligações entre o avô, o pai e si próprio, unindo-os fios invisíveis que adquirem no texto literário um significado outro. Se o “sol doira sem literatura”, como diz Pessoa, não é menos verdade afirmar que a literatura autoficcional pode ser um poderoso mecanismo de uma possível reconciliação interior com poderes terapêuticos. É o que lemos na entrada de 6 de fevereiro de 2021: “É a terceira vez – depois do avô e do tio – que o teu irmão te dá a pior das notícias. «O pai morreu esta noite»” (73); “Pensas que o teu pai morreu de noite, como a tua mãe” (74); “Nunca serei filho e pai ao mesmo tempo.” (76); “O meu pai foi a enterrar duas horas depois da ecografia morfológica do meu filho” (85); “Olhando para trás, percebo que, tal como o meu pai na sua juventude, era minha condição andar pela vida encharcado de competitividade e fome de independência, com arrebatamentos sexuais e apetite pelo risco” (90); “Também eu era um emigrante português, como tinham sido o meu pai e o meu avô, um portador dessa ambiguidade que nos leva a sair de um sitio aonde queremos voltar” (145); ou, por fim, “eu era o meu pai ao volante, o meu filho, o menino que eu fui no banco traseiro de um *Datsun* com jantes especiais.” (225)

A memória inaugura o romance, sendo também, de forma circular, a chave que porá termo à narrativa: a imagem do pai a correr atrás do filho, num

rochedo do Cabo da Roca. “Lembramos para encontrar sentido no que não conseguimos esquecer.” (12) Todavia, e consciente de que a sua não é uma narrativa autobiográfica *stricto sensu*, o protagonista rapidamente exorta o leitor para o seguinte: “Escrever para dar meia-volta nos becos sem saída. Escrever para viver outra vez e, assim, adiar o esquecimento. Há muito tempo estava seguro de que escreveria um livro sobre o meu pai, sobre ser filho do meu pai.” (44) Tal facto coloca em evidência a noção exata do processo de escrita como criação de uma verdade que parte do texto para a vida, o que se coaduna, *with flying colours*, com a lógica autoficcional.

Em *Filho do Pai*, Hugo Gonçalves faz incidir a escrita e o seu propósito na relação atribulada que manteve com o progenitor, sem lirismos desnecessários ou sentimentalismos ultrarromânticos. Por essa razão, o autoquestionamento é uma constante ao longo do livro, qual *intermezzo* que permite fazer contas ou o balanço do que até então havia sido escrito e lembrado e, por isso, vivido: “(Se quero que este seja um relato honesto, sobre a relação entre um pai e um filho, porque partilho uma das suas poucas mensagens ternas e não consigo transcrever os insultos do manancial armazenado na minha caixa de *email*? Por vergonha? Porque ele não se pode defender? Porque isto não é um ajuste de contas? Porque a escrita pode desmascarar-nos até ao osso, mas não deve ser palco de exibicionistas ou pornografia sentimental? Porque escrevo sobre a sua morte e, na morte, fica o pai do amor? Porque, tão perto do fim, regressamos sempre ao princípio, onde o pai feliz pega no seu filho ao colo pela primeira vez?” (70) Como em toda a literatura, a boa literatura, a verdadeira literatura, a resposta não é cabal, tão-pouco definitiva, levando, isso sim, a mais perguntas e dúvidas: “Que acho de ter um pai que não queria que eu fosse escritor e que, anos mais tarde, não só começou a escrever (...) como me pediu para entregar um dos seus livros a um realizador de cinema, meu conhecido, para adaptação? Que dizer de um pai que afirma ter orgulho dos meus livros, os mesmos que usa como prova do meu mau carácter? Sinceramente, não sei” (220).

Assim como em *Filho da Mãe*, as referências intertextuais são várias e ultrapassam o campo da literatura, abordando a psicologia, a biologia e os estudos sociais. Destaco ainda a influência da escrita de Karl Ove Knausgård em *A minha Luta – a morte do pai*, não só pelo temário abordado, mas sobretudo pela forma de encarar o assunto, sem condescendências, ao jeito de um cientista que tudo observa e relata, da mesma forma que Agustina diria encarar a escrita como um processo científico, como dissecar uma rã. Algo cruel mas necessário, afirma a autora de *Os Incuráveis*. É o que encontramos em ambos os escritores que, embora afastados em termos geracionais e geográficos, parecem comungar no seguinte, para além do já exposto:

“escrever é retirar da sombra aquilo que sabemos. Escrever é isso. Não o que acontece aqui e acolá, não que eventos aconteceram aqui e acolá, mas sim o *próprio aqui e acolá* (Knausgård 2014: 168). Não por acaso, ambos têm formação humanística e são dotados de um “nariz” para a literatura, tal como afirma Compagnon em *Literatura, o bem que paga!*

Sem condescendências e muito menos sentimentalismos, o autor constrói uma narrativa superiormente bem escrita, lúcida e poeticamente tocante, jamais caindo no facilitismo ou na autocomiseração. A narrativa autoficcional realiza-se assim, de forma exemplar, quando criada sem pudor e sem receio de revisitar o passado aos olhos do presente, de abraçar o sofrimento e de não o banalizar ou legitimar como adereço ou flor de lapela. No fundo e no fim, Hugo Gonçalves bebe por inteiro aquilo que Hemingway escreveu em 28 de maio de 1934 a Fitzgerald: “Esquece a tua tragédia pessoal. Nós estamos todos fodidos desde o começo e tu em especial tens de sofrer para ser um escritor a sério. Mas quando estiveres a sofrer, usa o sofrimento – não faças batota. Sê-lhe fiel como um cientista – mas não penses que uma coisa é importante porque aconteceu contigo ou com os teus” (Hemingway 1981: 408, tradução minha).

Referências

- Damásio, António (2013). *O Sentimento de Si. Corpo, Emoção e Consciência*. Lisboa: Temas e Debates/ Círculo de Leitores.
- Hemingway, Ernest (1981). *Ernest Hemingway, selected letters, 1917-1961*. Edited by Carlos Baker. New York: Charles Scribner's Sons.
- Izquierdo, Iván (2010). *A Arte de Esquecer. Cérebro e Memórias*. 2ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2010.
- Knausgård, Karl Ove (2014). *A Minha Luta: 1. A Morte do Pai*. Tradução de João Reis. Lisboa: Relógio D'Água.